



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025
Processo Administrativo nº 19/2025
EDITAL DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE – MINAS GERAIS

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de decoração, ornamentação, locação, sonorização, locução, tradução de libras, confecção de camisas em malha PV silkadas, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online e contratação de banda musical, para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, por ocasião da realização de reuniões, solenidades e demais eventos, conforme quantitativos e especificações descritas no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: Dia 13/03/2025, às 08 horas e 30 minutos (Horário de Brasília).

Local da Sessão Pública: Plataforma de Licitações LICITAR DIGITAL, no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

Obs: A documentação de habilitação deverá ser anexada à plataforma da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) no ato de cadastramento da proposta, isto é, conjuntamente, antes da data e horário de abertura da sessão pública.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

Modo de Disputa: Aberto

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: SIM

Esclarecimentos: Diretamente pela plataforma de licitações (www.licitardigital.com.br),
Telefones: (31) 3852-3524 ou (31) 3859-0710 – ramal: 1151
Horário de funcionamento: 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00.



Pregão Eletrônico nº 01/2025
Processo Administrativo nº19/2025

I. PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de João Monlevade, com sede na Av. Dona Nenela, nº 146, Bairro Juscelino Kubitschek, João Monlevade, MG, CEP 35930-672, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, da Resolução da Mesa Diretora nº 331/2023 e demais normas aplicáveis e, ainda, e pelas condições estabelecidas neste Edital.

1.2. A Agente de Contratação, neste processo denominado Pregoeira, e a equipe de apoio reunir-se-ão em sessão pública para processamento do Pregão eletrônico. A abertura da sessão será às **08:30 horas, do dia 13 de março de 2025**, horário de Brasília, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br, quando será processada disputa e habitação.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento e anexos que dele fazem parte. A documentação de habilitação deverá ser anexada à plataforma da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br) no ato de cadastramento da proposta, isto é, conjuntamente, antes da data e horário de abertura da sessão pública.

1.4. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Câmara Municipal de João Monlevade, através do endereço eletrônico www.joaomonlevade.mg.leg.br, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também através do seguinte e-mail licitacao@joaomonlevade.mg.leg.br, a partir da data de sua publicação.

1.5. Toda e qualquer decisão ou alteração pertinente ao presente edital, tais como erratas, avisos, adendos, suspensão, anulação ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br ou no sítio



eletrônico da Câmara Municipal de João Monlevade www.joaomonlevade.mg.gov.br

1.5. O acesso às informações de que trata o item anterior é de exclusiva responsabilidade do licitante, não se imputando à Administração qualquer encargo na hipótese de o mesmo não realizar o acesso, sendo incabível a alegação de desconhecimento quanto ao teor dos avisos publicados.

II. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste certame o Registro de Preços visando a contratação, sob demanda, de empresas especializadas para prestação de serviços de decoração, ornamentação, locação, sonorização, locução, tradução de libras, confecção de camisas em malha PV silkadas, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online e contratação de banda musical, para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, por ocasião da realização de reuniões, solenidades e demais eventos, conforme quantitativos e especificações descritas no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

2.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.3. As quantidades descritas são estimativas para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**. O presente procedimento não obriga a administração à aquisição total do objeto.

III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem as condições estabelecidas no presente edital, até a data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a



responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Municipal por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, os itens desta licitação estimados com o valor inferior a R\$ 80.000,00, serão destinados às empresas que se enquadrem no conceito legal de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual. MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física



ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do município contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público da Câmara Municipal de João Monlevade;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara Municipal de João Monlevade, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da



sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do município.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. A licitante deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário



marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º14.133, de 2021.



4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.13. A documentação a ser inserida no campo próprio do sistema deverá, preferencialmente, observar as boas práticas apresentadas a seguir:

4.13.1. Arquivos em formato PDF (*Portable Document Format*);

4.13.2. Documentos com mais de 1 página agrupados no mesmo arquivo;

4.13.2. Nomes dos arquivos identificados conforme seu conteúdo e numerados na mesma sequência do item 11.1.1 do Termo de Referência, conforme exemplo: 1 - Habilitação Jurídica; 2 - CNPJ; 3 - CND Federal; 4 - CND Estadual; 5 - CND



Municipal; 6 - CR FGTS; 7 - CNDT; 8 - CN Falência ou Concordata.

V – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do lote, com duas casas decimais;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.1.3. Marca e modelo do produto ofertado.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Não será permitida a oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

VI – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 6.10. Através de campo próprio do sistema, o licitante poderá solicitar a exclusão do seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. No presente edital, o modo de disputa adotado é do tipo “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta



for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.3. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.4. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.5. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme



orientações dos órgãos de controle.

6.20.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.7. Empresas estabelecidas no território do Estado em que este órgão se localiza (Minas Gerais);

6.20.8. Empresas brasileiras;

6.20.9. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.10. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

6.23. Quando necessário, o Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seus preços por meio de documentos.

6.24. Para correta avaliação das especificações técnicas dos produtos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação ficha técnica, folder, catálogo, ou outro dispositivo que permita a verificação das especificações. Neste caso, fornecedor deverá encaminhar o



documento por meio da opção própria no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

6.25. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII- DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

7.2. A critério da Pregoeira, poderá ser realizada consulta complementar a outros cadastros análogo àqueles listados no item anterior.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício da Lei Complementar 123/2006.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o seguinte:

7.6.1. A Câmara Municipal de João Monlevade poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

7.6.2. Fica estabelecido o prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

7.6.3. A prorrogação de que trata o subitem 7.6.2 poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.6.3.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou



7.6.3.2. De ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente.

VIII - FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Se tratando de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os



documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio dos documentos anexados na plataforma.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma de pregão eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1. A não observância do disposto no item 8.9 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não



como condição para participação na licitação.

IX – DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Após declarada a vencedora, será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

9.3. A falta de manifestação no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso e autoriza a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

9.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.6. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.6.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.6.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.6.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



9.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do órgão.

X. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.



10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem



cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.6.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

XII – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços, os preços registrados poderão ser alterados em conformidade com as modificações ocorridas, em qualquer momento após a oferta da proposta ou do orçamento, desde que a variação seja demonstrada analiticamente, para manutenção da equação econômico-financeira.

12.1.1. Em caso de alterações, deverá ser mantida a proporcionalidade apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e o preço de custo da época.

12.1.1. Aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou



previsíveis, de consequências incalculáveis que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preço, aplicando-se o índice de variação de preços apropriado.

12.3. O pedido de revisão de preços será processado pelo Gestor do Contrato e, sempre que necessário, remetido aos órgãos técnicos para emissão de parecer de conformidade.

12.4. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.4.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.4.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

12.4.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

12.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.5.1. O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



12.5.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo município e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

12.5.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

12.5.4. Não havendo êxito na convocação, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços em relação ao item ou itens enquadrados na situação.

12.6. Para fins deste edital, será considerado preço de mercado, a utilização dos parâmetros do art. 23 da Lei 14.133/2021.

12.7. A ata de registro de preços não será objeto de supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

12.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será conforme consta no Termo de Referência e poderá ser prorrogável por até igual período, desde que:

12.8.1. O(s) detentor(es) haja(m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

12.8.2. Que a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

12.8.3. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador.

12.9. A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.



XIII - CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

13.1. Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas neste edital, nos respectivos anexos e na própria ata.

13.2. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3. Da ata de registro de preços poderão advir várias contratações até que se extinguir a quantidade registrada.

13.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivadas, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

13.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6. O Termo de Contrato terá vigência conforme consta no Termo de Referência, podendo ser prorrogado nas condições previstas nos artigos 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIV – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

14.1. Os contratos poderão ser alterados na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, nas condições definidas no Termo de Referência, mediante formalização de Termo Aditivo.



14.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

14.2.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

14.2.3. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

14.2.4. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

14.3.3. Empenho de dotações orçamentárias.

XV – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

15.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.1.2. Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

15.1.3. Deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

15.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

15.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

15.3. A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.



XVI - DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos dar-se-ão da forma estabelecida no termo de referência.

XVII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para a Câmara Municipal de João Monlevade, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto;
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21. 13.2.

17.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.



17.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

- a. Retardarem a execução do pregão;
- b. Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- c. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

17.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.6. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.7. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da



decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pela plataforma, em campo próprio do sistema, ou através do e-mail licitacao@joaomonlevade.mg.leg.br

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

18.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XIX. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido,



desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.joaomonlevade.mg.leg.br

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

19.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Especificações Unitárias e Valores Estimados

19.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;



- 19.11.1.3. ANEXO II – Modelo Proposta de Preços;
- 19.11.4. ANEXO III – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Local;
- 19.11.5. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 19.11.6. ANEXO V – Minuta de Contrato.

João Monlevade, 20 de fevereiro de 2025.

ALISSON HENRIQUE DA CRUZ
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. o Registro de Preços visando a contratação, sob demanda, de empresas especializadas para prestação de serviços de decoração, ornamentação, locação, sonorização, locução, tradução de libras, confecção de camisas em malha PV silkadas, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online e contratação de banda musical, para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, por ocasião da realização de reuniões, solenidades e demais eventos, conforme quantitativos e especificações constantes deste Termo de Referência e demais anexos que integram o Edital.

1.2. As quantidades descritas são estimativas para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. O presente procedimento não obriga a administração à aquisição total do objeto.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório para a realização de seu objeto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Os serviços objeto deste registro de preços são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O prazo de vigência deste registro de preços é de 12 (doze) meses contados da emissão da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado por até mais 12 (doze) meses.

2.4. O objeto deste registro de preços está devidamente previsto no Plano Anual de Contratação, publicado nos termos do art. 145 da Resolução da Mesa Diretora nº 331/2023.



3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Câmara Municipal de João Monlevade concede anualmente honrarias, títulos e homenagens às pessoas naturais e às pessoas jurídicas que tenham prestado serviços de relevância ao Município ou que tenham se destacado em diversas áreas de atuação de interesse coletivo

De acordo com as Resoluções nºs. 588/2012, 654/2014 e 2.263/2018, aprovadas pelo Legislativo de João Monlevade, estão previstas a realização de 05 (cinco) solenidades ao ano, sendo elas: Solenidade por ocasião do Aniversário da Cidade, Comemoração ao Dia de João Monlevade, Honra ao Mérito Cultural, Mérito Escolar e Paulo Freire.

Além das solenidades acima mencionadas, tem também o Projeto Cidadão Legal, conforme Resolução nº 439, de 14 de junho de 2007, em que são promovidos dois eventos ao ano, nos quais são realizados um conjunto de atividades de cunho social, gratuito, com o objetivo de levar aos diversos segmentos da comunidade serviços de inserção à cidadania, à cultura e ao lazer.

Para a realizações desses eventos, torna-se necessário a contratação de serviços de decoração, locação de materiais diversos, sonorização, locução, tradução de libras, mestre de cerimônia e transmissão simultânea online.

A divisão dos serviços ora solicitados em lotes se deve pelo fato de acarretar ganho de escala, já que, ao se agrupar objetos semelhantes torna-se possível a formulação de propostas de preços mais vantajosas a esta Casa Legislativa. Além disso, a divisão do presente certame em lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica na prestação dos serviços.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Apenas serão aceitos os serviços fornecidos conforme as especificações descritas neste termo de referência, anexo I do edital.

5.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. A prestação dos serviços ocorrerá em local e data previamente agendada pela Diretoria Administrativa e comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à Contratada.

5.3. Poderão ser solicitadas amostras dos itens ofertados pelo licitante detentor do menor preço para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

5.3.1. As amostras solicitadas deverão ser apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após solicitação.

5.3.2. O licitante que não puder encaminhar a(s) amostra(s) no prazo indicado no subitem anterior deverá solicitar formalmente sua prorrogação, desde que por motivo justificado e aceito pela Administração, que definirá prazo suficiente para o envio do produto, sob pena de desclassificação.

5.3.3. As amostras deverão ser encaminhadas à sede da Câmara Municipal de João Monlevade, sediada na Av. Dona Nenela, 146, bairro Juscelino Kubitschek, João Monlevade, Minas Gerais, CEP 35.930-672.

5.3.4. A fase de análise de amostras poderá ser acompanhada por qualquer um dos interessados e participar do certame.



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

LOTE 1	
Item	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO 1
01	<p>36 (trinta e seis) Arranjos florais naturais para pés de mesa, medindo no mínimo 1m de largura x 1m de altura.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Plenário da Câmara Municipal.</p> <p>Para atender aos eventos:</p> <p>Aniversário da Cidade (Operário do Ano) - 12 arranjos;</p> <p>Mérito Escolar - 12 arranjos;</p> <p>Mulher Construtora da Democracia – 04 arranjos</p> <p>Mérito Cultural (Leonardo Diniz) - 04 arranjos;</p> <p>Paulo Freire - 04 arranjos.</p>
02	<p>12 (doze) box de orquídeas (na caixa) para o dia Mulher Construtora da Democracia</p>
03	<p>24 (vinte e quatro) Arranjos florais naturais em colunas medindo no mínimo, 1,20m de altura.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Plenário da Câmara Municipal.</p> <p>Para atender aos eventos:</p> <p>Aniversário da Cidade (Operário do Ano) - 06 arranjos;</p> <p>Mérito Escolar - 06 arranjos;</p> <p>Mulher Construtora da Democracia - 04 arranjos;</p> <p>Mérito Cultural - 04 arranjos;</p> <p>Paulo Freire - 04 arranjos.</p>
<p>Observação: Serão usadas flores do tipo rosas, lisianto, lírio, astromélia e folhagens especiais. As quantidades estimadas para cada arranjo, por evento, são: 3 (três) dúzias de rosas; 2 (dois) pacotes de lisiantos; 2 (dois) pacotes de lírios; 4 (quatro) pacotes de astromélias; e folhagens especiais para forração, nas quantidades</p>	



necessárias para cobrir os espaços que ficarem vagos nos arranjos.

Observação: **Incluir transporte, montagem e desmontagem.**

LOTE 2

Item	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO 2
04	06 (seis) - Arcos com balões, nas cores: verde bandeira, amarelo, marrom e branco, para decorar o fundo de palco e a entrada, com medidas aproximadas de 6m x 4m de altura e 40cm de diâmetro. Incluir transporte, montagem e desmontagem. Local: a definir Para atender a cada evento do Cidadão Legal

LOTE 3

Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO 1
05	04 (quatro) barrados na frente do palco em malha tensionada, cor a definir, medidas aproximadas de 15m de comprimento x 1,20m de altura, sendo essa estrutura para cada evento. Incluir transporte, montagem e desmontagem. Local: a definir Para atender a cada evento do Cidadão Legal
06	88 (oitenta e oito) cadeiras de ferro estofadas (vinte e duas para cada evento). Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar).
07	24 (vinte e quatro) Mesas de trabalhos retangular, tampo de madeira e estrutura de ferro, medindo aproximadamente 2,0 x 0,50 cm (C x L), (doze por evento) Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.
08	04 (quatro) Toalhas de Mesa, de tecido fino, cor a definir, medindo aproximadamente 12 metros de comprimento, para cobrir toda a mesa de trabalhos (dois por evento) Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.
09	08 (oito) Sobrepor, de tecido fino, cor a definir, de aproximadamente 07 metros. (quatro por evento). Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.



10	<p>04 (quatro) Mesas redondas em PVC, com tampo de madeira de aproximadamente 1,10m, de apoio p/ secretária (duas por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>
11	<p>04 (quatro) Toalhas de Mesa medindo aproximadamente 3 metros de diâmetro, cor a definir, para cobrir a mesa redonda (duas por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar).</p>
12	<p>08 (oito) Balcões para coleta de assinaturas, medida aproximada 1.80m x 0,50m (quatro por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>
13	<p>04 (quatro) Cortinados para cobertura do espelho de palco (cor a definir), medindo aproximadamente 15,0m x 1,60m (dois por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>
14	<p>04 (quatro) Cortinados nas duas laterais do palco e em toda a extensão da “testeira” do palco (cor a definir).</p> <p>OBS: A frente do palco tem 15m x 6,0m (dois por evento, sendo Aniversário da cidade e Mérito Escolar).</p>
15	<p>04 (quatro) Coberturas das 03 (três) colunas do hall de entrada com malha tensionada ou cortina (cor a definir). As colunas têm aproximadamente 3,0m de altura (duas por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>
16	<p>08 (oito) Geladeiras para galão de 20 litros (quatro por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>
17	<p>10 (dez) Painéis para foto Backdrop. Medida 2,50m de comprimento x 2,40m de altura.</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias e um Cidadão Legal.</p>
18	<p>04 (quatro) fundos de palco: Cobertura fundo do palco do Anfiteatro com malha tensionada preta – 10 metros x 6,50 metros.</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>
19	<p>06 (seis) tapetes, cor neutra, para compor espaço para fotos. Medindo aproximadamente 2,50m de comprimento x 2,50m de altura. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias.</p>



20	08 (oito) Freezers horizontais, aproximadamente 150 litros; Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar e Cidadão Legal.
21	32 (trinta e dois) Climatizadores de ar evaporativos- climatiza 80 m ² - com uso de suporte e cabeamento em malha. Ligação elétrica e abastecimento. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar
22	130 (cento e trinta) Mesas quadradas, em PVC, cor branca, 70 x 70 x 72cm. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.
23	400 (quatrocentas) Cadeiras em PVC, sem apoio para os braços, cor branca. Dimensões aproximadas de 86x39x40cm. Capacidade para suportar até 120 kg. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.
24	08 (oito) Mesas infantil, em PVC, cor branca. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.
25	32 (trinta e duas) Cadeiras infantil, sem apoio para os braços, em PVC, cor branca. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.
Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.	
As solenidades serão realizadas no Plenário da Câmara Municipal, no Centro Educacional de João Monlevade, no Salão Nobre do Real e Cidadão Legal em local a definir.	
LOTE 4	
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO 2
26	06 (seis) Tendias 3x3m (9,0 m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica (efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimofa/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar.
27	08 (oito) Tendias 6x3m (18m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica (efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimofa/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender ao Cidadão Legal.
28	06 (seis) Tendias 20x10m (20 m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica (efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimofa/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender ao Cidadão Legal.



29	<p>02 (dois) Palcos 6x4x1,50.</p> <p>Especificações:</p> <p>Medidas aproximadas de 6 x 4 metros, piso de 1,5 metros de altura, escada na altura compatível com pé direito, entre o piso e o teto de 4 metros, nas laterais asa pra pendurar sistema de som, sombrite nas laterais, palco em q30 alumínio com lona antichamas. Para atender ao Cidadão Legal.</p>
LOTE 5	
Item	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO 1
30	<p>04(quatro) Serviços de Sonorização</p> <p>01(um) Operador;</p> <p>04 (quatro) caixas para P.A Line Array;</p> <p>04 (quatro) sub grave 2x18;</p> <p>04 (quatro) microfones s/ fio;</p> <p>01 (um) microfone pedestal SM 58;</p> <p>Kits de microfones para bateria;</p> <p>04 (quatro) D.I</p> <p>04 (quatro) monitores de chão;</p> <p>01 (uma) mesa de som mínimo 16 canais;</p> <p>Cabeamento e amplificação de todo sistema;</p> <p>04 (quatro) moving hed 200 (mínimo);</p> <p>06 (seis) strobs led;</p> <p>06 (seis) par 64 led;</p> <p>04 (quatro) coby 200 led;</p> <p>06 (seis) luzes HQI 400 watts, na cor branca</p> <p>02 (duas) estruturas Q30 de 3,5m com base.</p> <p>02 (dois) painéis de led 2x2.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Para atender aos eventos:</p>



	Cidadão Legal (evento externo - haverá banda) e Entrega de Honrarias (haverá banda) O evento Cidadão Legal será realizado em local a definir e a solenidade para entrega de honrarias, será realizada no Salão Nobre do Real.
LOTE 6	
SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO 2	
31	04(quatro) Serviços de Sonorização 01(um) Operador; 04 (quatro) caixas para P.A Mod. SP4; 02 (duas) caixas monitor; 02 (dois) microfones s/ fio; 01 (um) microfone pedestal SM 58; 03 (três) potências para alimentar o sistema; 01 (uma) mesa de som 10 canais; Cabeamento completo para o sistema. Incluir transporte, montagem e desmontagem. Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade e Mérito Escolar As solenidades serão realizadas no Centro Educacional de João Monlevade
LOTE 7	
Item	BANDA MUSICAL
32	04 (quatro) Serviços de Banda composto por voz, violão e bateria (obs: será utilizado os equipamentos do lote de sonorização) Observação: Incluir montagem, desmontagem e transporte Para atender aos eventos: Cidadão Legal e Entrega de Honrarias. As solenidades serão realizadas no Salão Nobre do Real e Cidadão Legal em local a definir.
LOTE 8	
Item	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE LIBRAS



33	<p>12 (doze) Serviços de tradução de libras, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração.</p> <p>Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar e Entrega de Honrarias.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade, no Plenário da Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real.</p>
LOTE 9	
Item	SERVIÇOS MESTRE DE CERIMÔNIA
34	<p>64 (sessenta e quatro) Serviços de mestre de cerimônia, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração.</p> <p>Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias, Mulher Construtora, Mérito Cultural e Paulo Freire.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade, no Plenário da Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real.</p>
LOTE 10	
Item	SERVIÇOS DE LOCUÇÃO
35	<p>02 (dois) Serviços de locução, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração.</p> <p>Local a definir</p> <p>Para atender ao Cidadão Legal</p>
LOTE 11	
Item	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA ONLINE
36	<p>06 (seis) Serviços de Transmissão Online e Simultânea, incluindo equipamentos e profissionais para realizar a transmissão online para o youtube da Câmara, sendo um para cada evento.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar e Entrega de Honrarias</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Real Clube</p>
LOTE 12	
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CARRINHOS DE ALGODÃO DOCE,



PIPOCA e PICOLE	
37	<p>06 (seis) carrinhos de algodão doce, incluindo os produtos necessários para a confecção do algodão doce, operador e transporte.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p> <p>Serão necessários 03 (três) pessoas por evento, para fazer e distribuir.</p> <p>Período estimado de duração: 4 horas.</p>
38	<p>06 (seis) carrinhos de pipoca de sal, incluindo os produtos necessários para a confecção da pipoca, operador e transporte.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p> <p>Serão necessários 06 (seis) pessoas por evento, para fazer e distribuir.</p> <p>Período estimado de duração: 4 horas.</p>
39	<p>3000 (três mil) unidades de picolés ao total. Sabores diversificados.</p> <p>Serão necessários 06 (seis) carrinhos para armazenar os picolés, sendo 03 (três) por evento.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p> <p>Será necessário 01 (uma) pessoa por evento, para distribuir.</p> <p>Período estimado de duração: 4 horas.</p>
LOTE 13	
Item	SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGEM
40	<p>10 (dez) Serviços de fotografia para atender eventos realizados no Centro Educacional de João Monlevade, na Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real com duração estimada de 04 (quatro) horas cada evento.</p> <p>Necessários 03 (três) fotógrafos por evento.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Entrega do material em pendrive e drive digital.</p>
41	<p>04 (quatro) Serviços de filmagem para atender eventos realizados na Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real com duração estimada de 04</p>



	(quatro) horas cada evento. Incluir 02 (dois) videomakers por evento Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem. Entrega do material em pendrive e drive digital. (Sendo o produto final um vídeo com entrega de 2 horas e o outro vídeo com 2 minutos).
LOTE 14	
Item	CONFECÇÃO DE CAMISAS SILKADAS
42	400 (quatrocentas) camisas em malha pv com silk frente e costas Entrega da arte conforme modelo criado. Evento: 200 camisas por cada evento do Cidadão Legal. Observação: Incluir transporte para entrega dos materiais.

6.1. A execução dos serviços ocorrerá em local e data previamente agendada pela Diretoria Administrativa e comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à Contratada.

6.2. O prazo máximo para a entrega das camisas será de até 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da autorização de fornecimento.

6.3. O serviço será recebido definitivamente após transcorrido o evento, desde que comprovada adequação aos termos contratuais e em conformidade com as especificações e aferição do direito ao pagamento.

6.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

6.6. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, serviços prestados em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência e demais anexos.



- 6.7. Todos os materiais deste termo deverão estar montados nos locais com no mínimo 1 (uma) hora antes do início do evento e os mesmos deverão estar desmontados em até 6h após o encerramento do evento;
- 6.8. A contratada será responsável pela montagem e desmontagem, bem como transporte e todos os materiais necessários para execução do objeto;
- 6.9. A contratada deverá realizar vistoria técnica nos equipamentos tempestivamente, e durante a realização do evento, para que sejam feitos os reparos necessários, a fim de garantir a segurança dos usuários;
- 6.10. Todas as despesas com hotel, transporte e refeição de toda a equipe correrão por conta da Contratada.
- 6.11. Os serviços, bem como os direitos e obrigações deles decorrentes, não poderão ser subcontratados, cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, nem serem executados em associação da Contratada com terceiros, salvo mediante prévia autorização da Contratante.
- 6.12. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Autorização de Fornecimento, os motivos que por ventura possam impossibilitar o cumprimento de qualquer obrigação prevista no instrumento convocatório;
- 6.13. Somente serão aceitos e recebidos os serviços e materiais que atendam às especificações constantes do termo de referência e que estejam em perfeitas condições de uso.
- 6.14. O aceite/aprovação da prestação dos serviços pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil dos fornecedores por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.



6.15. A contratada fica obrigada a substituir, no prazo determinado por esta Casa Legislativa, materiais em que se verificarem defeitos ou imperfeições, sem qualquer ônus adicional, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório.

6.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.17. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.18. É obrigação da Contratada o cumprimento integral de todas as normas legais relativas à proteção ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

7 - DA VISITA AOS LOCAIS DOS EVENTOS

7.1. A Câmara Municipal de João Monlevade irá realizar solenidades para entrega de honorárias nos seguintes locais: Plenário da Câmara Municipal, Centro Educacional de João Monlevade e Salão Nobre do Real Esporte Clube.

7.2. Visando obter as informações possíveis e necessárias à preparação da proposta e execução dos serviços, os licitantes poderão fazer visita in loco, sendo que, na Câmara Municipal as visitas deverão ocorrer nos dias úteis, **de 8 às 12 e de 14 às 17 horas**, a fim de conhecer os locais onde os eventos serão realizados, conferir as medidas, enfim, sanar todas as dúvidas por ventura existentes, para a elaboração da proposta de preços.

7.2.1. Nos demais espaços, a visita deverá ser agendada com o responsável pelo local.



7.3. A visita representará a oportunidade para os licitantes interessados conhecerem os espaços e especificações, condições especiais, tirar dúvida a respeito das medidas ou outras eventuais dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais.

7.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.5. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.6. Realizada a vistoria, será emitido atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

7.7. Caso o licitante julgue desnecessário realizar a vistoria *in loco*, deverá apresentar, no dia da sessão do Pregão (**juntamente com os documentos de Habilitação**), a **Declaração** de ter ciência de todas as informações inerentes ao objeto licitado (**ANEXO III**), afirmando ter ciência de todas as informações necessárias e especificações técnicas pertinentes à execução dos serviços e de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos.

7.7.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Caberá ao Fiscal do contrato:



- 8.1.1. Fiscalizar e atestar o recebimento provisório do serviço em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
- 8.1.2. Fiscalizar o cumprimento do contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços;
- 8.1.3. Adotar as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, veiculação ou à distribuição, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a CONTRATANTE
- 8.1.4. Auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
- 8.1.5. Anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- 8.1.6. Emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- 8.1.7. Rejeitar serviços entregues em desconformidade com este instrumento e seus anexos;
- 8.1.8. Comunicar formalmente ao gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;
- 8.2. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:
- 8.2.1. Atraso injustificado na execução dos serviços;
- 8.2.2. Prestação do serviço em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou divergente do solicitado;
- 8.2.3. Execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
- 8.2.4. Descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
- 8.2.5. Subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;



8.2.6. Alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;

8.2.7. Quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

8.3. Fica designado como fiscal do contrato o Sr. Alexandre Cota Bastieri, servidor ocupante do cargo de Supervisor de Apoio Administrativo .

8.4. Nos casos de gozo de férias, licenças ou quaisquer motivos que levem à ausência temporária ou definitiva do Fiscal e/ou Gestor de Contratos, deverá ser indicado um substituto para exercer as atribuições inerentes à função.

8.5. A Gestão do Contrato será do servidor que estiver ocupando o cargo de Supervisor de Compras e Contratos, ao qual caberá:

8.5.1. Analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;

8.5.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestamente a respeito nos autos do procedimento;

8.5.3. Criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;

8.5.4. Analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestamente a respeito nos autos do procedimento;

8.5.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;

8.5.6. Decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;

8.5.7. Solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;



8.5.8. Alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;

8.5.9. Realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

8.6. Caso o contrato decorrente deste procedimento seja substituído por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do Art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, as atribuições do gestor e fiscal de contrato serão mantidas, além da permanência integral das obrigações e condições estabelecidas na minuta contratual constante no anexo do edital e de todas as especificações e condições descritas neste termo.

9. FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

9.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, em até 10 (dez) dias após a liquidação da Nota Fiscal.

9.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.

9.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

10.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

9.4. A Câmara Municipal de João Monlevade poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:



- 9.4.1. A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da Câmara Municipal de João Monlevade;
- 9.4.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;
- 9.4.3. A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Administração.
- 9.4.4. Débito da licitante para com a Câmara, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- 9.4.5. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- 9.4.6. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante;
- 9.4.7. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do CONTRATANTE, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação mais vantajoso para o município do mês anterior ao do pagamento “pro rata tempore”, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

10- REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano contados da data de assinatura do contrato.
- 10.2. Após o interregno de um ano da assinatura do contrato, os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados de acordo com o índice INPC-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, caso a administração entenda que seja de interesse público e vantagem a prorrogação.
- 10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



10.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.6. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base na Lei Federal nº 14133/21, buscarão uma solução para a questão.

10.6.1. Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga a fornecer a cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da futura CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências (notas fiscais ou outro que comprove).

10.7. A solicitação do Reequilíbrio Econômico-financeiro / Reajuste não suspende ou interrompe a obrigação da entrega / prestação de serviço. O vencedor contratado que não cumprir com as obrigações de entrega / prestação de serviço conforme estipulado no respectivo Edital e seus anexos, durante o período de análise de sua solicitação, sofrerá as penalidades previstas neste instrumento e no contrato.

11 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Exigências de habilitação:

11.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



11.3. Habilitação Jurídica:

11.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.licitardigital.gov.br;

11.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

11.4.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



11.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

11.4.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

11.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



11.4.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.4.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.5. Habilitação Técnica

a) Apresentar **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA OU CERTIDÃO**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado da emitente, que comprove ter a licitante prestado serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o lote pertinente, informando o tipo de evento e número aproximado de pessoas.

11.5.2. Para os Proponentes do Lote 4 (TENDAS e PALCO):

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente – CREA ou CAU, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.

b) Apresentação de ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificado, relativo à execução de serviços compatíveis em características com o objeto da presente licitação, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo conselho da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, **em nome do responsável técnico**, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

c) O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica deverá possuir vínculo com



empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste edital: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato firmado com o licitante **OU com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante seja vencedor do certame.**

d) O profissional constante da certidão do CREA ou CAU, detentor do acervo técnico, será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto do referido lote.

11.6. Qualificação Econômico-Financeira:

11.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para entrega das propostas.

11.7. Condições de Preferência de ME e EPP:

11.7.1. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, os lotes desta licitação estimados em inferior a R\$ 80.000,00 serão destinados às empresas que se enquadrem no conceito legal de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. São obrigações do Órgão Gerenciador ou Contratante:

12.1.1. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

12.1.3. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

12.1.4. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



12.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. São obrigações do Fornecedor ou Contratado:

12.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do edital de licitação, este termo e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.2.3. Comunicar ao órgão gerenciador ou contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



12.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.2.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.2.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.2.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade,



qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.2.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

12.2.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13 - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para a Câmara Municipal de João Monlevade, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
 - b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
 - c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto;
 - d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
 - e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
 - f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21.
- 13.2.



13.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163. 13.3.

13.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

- a. Retardarem a execução do pregão;
- b. Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- c. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

13.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.6. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de



declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado é apresentado na tabela constante no Apêndice I deste termo.

14.2. Os valores estimados foram obtidos através de média de preços apurados na pesquisa de preços realizada através de pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores mais conhecidos regionalmente por esta administração, mediante solicitação formal de cotação, de modo que, não constitui nenhum demérito ou impedimento a outras empresas que tenham interesse em participar do processo licitatório.

14.3. Os documentos referentes a pesquisa de preços encontram-se nos autos.

14.4. As propostas de preços compreenderão todos os custos com impostos, taxas, salários, encargos, trabalhistas e previdenciários, securitários, fiscais viagens, hospedagens, diárias ou quaisquer outros relativos à realização dos serviços.

15 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Nos termos do inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar 101, a presente ação governamental tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.



15.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente.

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.4. A indicação da disponibilidade de dotação orçamentária é dispensada no caso de registro de preços, sendo exigida somente para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nesse sentido, a indicação de créditos orçamentários será efetivada para formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, respeitadas as legislações orçamentárias vigentes.

João Monlevade, 13 de fevereiro de 2025.

Jessica Ivens
Diretora Geral em substituição



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – APÊNDICE I

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E VALORES ESTIMADOS

LOTE 01			
Item	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO 1	Valor Unit.	Valor Total
01	<p>36 (trinta e seis) Arranjos florais naturais para pés de mesa, medindo no mínimo 1m de largura x 1m de altura.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Plenário da Câmara Municipal.</p> <p>Para atender aos eventos:</p> <p>Aniversário da Cidade (Operário do Ano) - 12 arranjos;</p> <p>Mérito Escolar - 12 arranjos;</p> <p>Mulher Construtora da Democracia – 04 arranjos</p> <p>Mérito Cultural (Leonardo Diniz) - 04 arranjos;</p> <p>Paulo Freire - 04 arranjos.</p>	R\$ 486,23	R\$17.504,28
02	<p>12 (doze) box de orquídeas (na caixa) para o dia da Mulher Construtora da Democracia.</p>	R\$ 112,63	R\$ 1.351,56
03	<p>24 (vinte e quatro) Arranjos florais naturais em colunas medindo no mínimo, 1,20m de altura.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Plenário da Câmara Municipal.</p> <p>Para atender aos eventos:</p> <p>Aniversário da Cidade (Operário do Ano) - 06 arranjos;</p> <p>Mérito Escolar - 06 arranjos;</p>	R\$ 486,61	R\$11.678,64



	Mulher Construtora da Democracia - 04 arranjos; Mérito Cultural - 04 arranjos; Paulo Freire - 04 arranjos.		
<p>Observação: Serão usadas flores do tipo rosas, lisianto, lírio, astromélia e folhagens especiais. As quantidades estimadas para cada arranjo, por evento, são: 3 (três) dúzias de rosas; 2 (dois) pacotes de lisiantos; 2 (dois) pacotes de lírios; 4 (quatro) pacotes de astromélias; e folhagens especiais para forração, nas quantidades necessárias para cobrir os espaços que ficarem vagos nos arranjos.</p> <p>Incluir transporte para levar os arranjos</p>			
VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$ 30.534,48			
LOTE 2			
Item	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO 2	Valor Unit.	Valor Total
04	06 (seis) - Arcos com balões, nas cores: verde bandeira, amarelo, marrom e branco, para decorar o fundo de palco e a entrada, com medidas aproximadas de 6m x 4m de altura e 40cm de diâmetro. Incluir transporte, montagem e desmontagem. Local: a definir Para atender a cada evento do Cidadão Legal	R\$ 286,67	R\$ 1.720,02
VALOR TOTAL DO LOTE 2: R\$ 1.720,02			
LOTE 3			
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO 1	Valor Unit.	Valor Total
05	04 (quatro) barrados na frente do palco em malha tensionada, cor a definir, medidas aproximadas de 15m de comprimento x 1,20m de altura, sendo essa estrutura para cada evento. Incluir transporte, montagem e desmontagem. Local: a definir Para atender a cada evento do Cidadão Legal	R\$ 516,42	R\$ 2.065,68



06	88 (oitenta e oito) cadeiras de ferro estofadas (vinte e duas para cada evento). Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar).	R\$ 15,17	R\$ 1.334,96
07	24 (vinte e quatro) Mesas de trabalhos retangular, tampo de madeira e estrutura de ferro, medindo aproximadamente 2,0 x 0,50 cm (C x L), (doze por evento) Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.	R\$ 145,30	R\$ 3.487,20
08	04 (quatro) Toalhas de Mesa, de tecido fino, cor a definir, medindo aproximadamente 12 metros de comprimento, para cobrir toda a mesa de trabalhos (dois por evento) Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.	R\$ 265,76	R\$ 1.063,04
09	08 (oito) Sobrepor, de tecido fino, cor a definir, de aproximadamente 07 metros. (quatro por evento). Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.	R\$ 70,35	R\$ 562,80
10	04 (quatro) Mesas redondas em PVC, com tampo de madeira de aproximadamente 1,10m, de apoio p/ secretária (duas por evento). Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.	R\$ 29,54	R\$ 118,16
11	04 (quatro) Toalhas de Mesa medindo aproximadamente 3 metros de diâmetro, cor a definir, para cobrir a mesa redonda (duas por evento). Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar).	R\$ 40,04	R\$ 160,16
12	08 (oito) Balcões para coleta de assinaturas, medida aproximada 1.80m x 0,50m (quatro por evento). Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.	R\$ 348,44	R\$ 2.787,52



13	<p>04 (quatro) Cortinados para cobertura do espelho de palco (cor a definir), medindo aproximadamente 15,0m x 1,60m (dois por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$ 430,37	R\$ 1.721,48
14	<p>04 (quatro) Cortinados nas duas laterais do palco e em toda a extensão da “testeira” do palco (cor a definir).</p> <p>OBS: A frente do palco tem 15m x 6,0m (dois por evento, sendo Aniversário da cidade e Mérito Escolar).</p>	R\$ 2.998,78	R\$11.995,12
15	<p>04 (quatro) Coberturas das 03 (três) colunas do hall de entrada com malha tensionada ou cortina (cor a definir). As colunas têm aproximadamente 3,0m de altura (duas por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$ 481,17	R\$ 1.924,68
16	<p>08 (oito) Geladeiras para galão de 20 litros (quatro por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$ 162,81	R\$ 1.302,48
17	<p>10 (dez) Painéis para foto Backdrop. Medida 2,50m de comprimento x 2,40m de altura.</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias e um Cidadão Legal.</p>	R\$ 554,33	R\$5.543,30
18	<p>04 (quatro) fundos de palco: Cobertura fundo do palco do Anfiteatro com malha tensionada preta – 10 metros x 6,50 metros.</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$ 1.611,05	R\$ 6.444,20
19	<p>06 (seis) tapetes, cor neutra, para compor espaço para fotos. Medindo aproximadamente 2,50m de comprimento x 2,50m de altura. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias.</p>	R\$ 241,67	R\$ 1.450,02
20	<p>08 (oito) Freezers horizontais, aproximadamente 150 litros;</p>	R\$ 605,33	R\$ 4.842,64



	Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar e Cidadão Legal.		
21	32 (trinta e dois) Climatizadores de ar evaporativos- climatiza 80 m ² - com uso de suporte e cabeamento em malha. Ligação elétrica e abastecimento. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar	R\$ 759,51	R\$24.304,32
22	130 (cento e trinta) Mesas quadradas, em PVC, cor branca, 70 x 70 x 72cm. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.	R\$ 18,68	R\$ 2.428,40
23	400 (quatrocentas) Cadeiras em PVC, sem apoio para os braços, cor branca. Dimensões aproximadas de 86x39x40cm. Capacidade para suportar até 120 kg. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.	R\$ 5,96	R\$ 2.384,00
24	08 (oito) Mesas infantil, em PVC, cor branca. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.	R\$ 18,68	R\$ 149,44
25	32 (trinta e duas) Cadeiras infantil, sem apoio para os braços, em PVC, cor branca. Para atender a cada evento do Cidadão Legal.	R\$ 5,96	R\$ 190,72
Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.			
As solenidades serão realizadas no Plenário da Câmara Municipal, no Centro Educacional de João Monlevade, no Salão Nobre do Real e Cidadão Legal em local a definir.			
VALOR TOTAL DO LOTE 3: R\$ 76.260,32			
LOTE 4			
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO 2	Valor Unit.	Valor Total
26	06 (seis) Tendas 3x3m (9,0 m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica (efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimofa/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar e Cidadão Legal.	R\$ 638,33	R\$ 3.829,98
27	08 (oito) Tendas 6x3m (18m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica	R\$ 1.240,00	R\$ 9.920,00



	(efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimoho/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender ao Cidadão Legal.		
28	06 (seis) Tendas 20x10m (20 m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica (efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimoho/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$ 5.133,33	R\$30.799,98
29	02 (dois) Palcos 6x4x1,50. Especificações: Medidas aproximadas de 6 x 4 metros, piso de 1,5 metros de altura, escada na altura compatível com pé direito, entre o piso e o teto de 4 metros, nas laterais asa pra pendurar sistema de som, sombrite nas laterais, palco em q30 alumínio com lona antichamas. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$ 4.249,48	R\$ 8.498,96
VALOR TOTAL DO LOTE 4: R\$ 53.048,92			
LOTE 5			
Item	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO 1	Valor Unit.	Valor Total
30	04(quatro) Serviços de Sonorização 01(um) Operador; 04 (quatro) caixas para P.A Line Array; 04 (quatro) sub grave 2x18; 04 (quatro) microfones s/ fio; 01 (um) microfone pedestal SM 58; Kits de microfones para bateria; 04 (quatro) D.I 04 (quatro) monitores de chão;	R\$ 7.370,71	R\$29.482,84



	<p>01 (uma) mesa de som mínimo 16 canais; Cabeamento e amplificação de todo sistema; 04 (quatro) moving hed 200 (mínimo); 06 (seis) strobs led; 06 (seis) par 64 led; 04 (quatro) coby 200 led; 06 (seis) luzes HQI 400 watts, na cor branca 02 (duas) estruturas Q30 de 3,5m com base. 02 (dois) painéis de led 2x2.</p> <p>Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Para atender aos eventos:</p> <p>Cidadão Legal (evento externo - haverá banda) e Entrega de Honrarias (haverá banda)</p> <p>O evento Cidadão Legal será realizado em local a definir e a solenidade para entrega de honrarias, será realizada no Salão Nobre do Real.</p>		
VALOR TOTAL DO LOTE 5: R\$ 29.482,84			
LOTE 6			
Item	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO 2	Valor Unit.	Valor Total
31	<p>04(quatro) Serviços de Sonorização 01(um) Operador; 04 (quatro) caixas para P.A Mod. SP4; 02 (duas) caixas monitor; 02 (dois) microfones s/ fio; 01 (um) microfone pedestal SM 58; 03 (três) potências para alimentar o sistema; 01 (uma) mesa de som 10 canais; Cabeamento completo para o sistema.</p> <p>Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Para atender aos eventos:</p>	R\$ 1.343,98	R\$5.375,92



	Aniversário da Cidade e Mérito Escolar		
	As solenidades serão realizadas no Centro Educacional de João Monlevade		
VALOR TOTAL DO LOTE 6: R\$ 5.375,92			
LOTE 7			
Item	SERVIÇOS DE BANDA	Valor Unit.	Valor Total
32	04 (quatro) Serviços de Banda composto por voz, violão e bateria (obs: será utilizado os equipamentos do lote de sonorização) Observação: Incluir montagem, desmontagem e transporte Para atender aos eventos: Cidadão Legal e Entrega de Honrarias. As solenidades serão realizadas no Salão Nobre do Real e Cidadão Legal em local a definir.	R\$3.502,50	R\$14.010,00
VALOR TOTAL DO LOTE 7: R\$ 14.010,00			
LOTE 8			
Item	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE LIBRAS	Valor Unit.	Valor Total
33	12 (doze) Serviços de tradução de libras, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração. Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar e Entrega de Honrarias. Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade, no Plenário da Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real.	R\$ 488,01	R\$ 5.856,00
VALOR TOTAL DO LOTE 8: R\$ 5.856,00			
LOTE 9			
Item	SERVIÇOS MESTRE DE CERIMÔNIA	Valor Unit.	Valor Total
34	64 (sessenta e quatro) Serviços de mestre de cerimônia, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração.	R\$ 573,24	R\$36.687,36



	<p>Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias, Mulher Construtora, Mérito Cultural e Paulo Freire.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade, no Plenário da Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real.</p>		
VALOR TOTAL DO LOTE 9: R\$ 36.687,36			
LOTE 10			
Item	SERVIÇOS DE LOCUÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
35	<p>02 (dois) Serviços de locução, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração.</p> <p>Local a definir</p> <p>Para atender ao Cidadão Legal</p>	R\$ 527,50	R\$ 1.055,00
VALOR TOTAL DO LOTE 10: R\$ 1.055,00			
LOTE 11			
Item	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA ONLINE	Valor Unit.	Valor Total
36	<p>06 (seis) Serviços de Transmissão Online e Simultânea, incluindo equipamentos e profissionais para realizar a transmissão online para o youtube da Câmara, sendo um para cada evento.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar e Entrega de Honrarias</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Real Clube</p>	R\$ 5.460,00	R\$32.760,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11: R\$ 32.760,00			
LOTE 12			
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CARRINHOS DE ALGODÃO DOCE, PIPOCA e PICOLE	Valor Unit.	Valor Total



37	<p>06 (seis) carrinhos de algodão doce, incluindo os produtos necessários para a confecção do algodão doce, operador e transporte.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p> <p>Serão necessários 03 (três) pessoas por evento, para fazer e distribuir.</p> <p>Período estimado de duração: 4 horas.</p>	R\$ 710,00	R\$ 4.260,00
38	<p>06 (seis) carrinhos de pipoca de sal, incluindo os produtos necessários para a confecção da pipoca, operador e transporte.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p> <p>Serão necessários 06 (seis) pessoas por evento, para fazer e distribuir.</p> <p>Período estimado de duração: 4 horas.</p>	R\$ 766,67	R\$ 4.600,02
39	<p>3000 (três mil) unidades de picolé ao total. Sabores diversificados.</p> <p>Serão necessários 06 (seis) carrinhos para armazenar os picolés, sendo 03 (três) por evento.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p> <p>Será necessário 01 (uma) pessoa por evento, para distribuir.</p> <p>Período estimado de duração: 4 horas.</p>	R\$ 1,23	R\$ 3.690,00
VALOR TOTAL DO LOTE 12: R\$ 12.550,02			
LOTE 13			
Item	SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGEM	Valor Unit.	Valor total
40	10 (dez) Serviços de fotografia para atender	R\$ 1.915,85	R\$19.158,50



	<p>eventos realizados no Centro Educacional de João Monlevade, na Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real com duração estimada de 04 (quatro) horas cada evento.</p> <p>Necessários 03 (três) fotógrafos por evento.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Entrega do material em pendrive e drive digital.</p>		
41	<p>04 (quatro) Serviços de filmagem para atender eventos realizados na Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real com duração estimada de 04 (quatro) horas cada evento.</p> <p>Incluir 02 (dois) videomakers por evento</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Entrega do material em pendrive e drive digital. (Sendo o produto final um vídeo com entrega de 2 horas e o outro vídeo com 2 minutos).</p>	R\$ 2.620,27	R\$10.481,08
VALOR TOTAL DO LOTE 13: R\$ 29.639,58			
LOTE 14			
Item	CONFEÇÃO DE CAMISAS SILKADAS	Valor Unit.	Valor total
42	<p>400 (quatrocentas) camisas em malha pv com silk frente e costas</p> <p>Entrega da arte conforme modelo criado.</p> <p>Evento: 200 camisas para cada evento do Cidadão Legal.</p> <p>Observação: Incluir transporte para entrega dos materiais.</p>	R\$ 31,05	R\$12.420,00
VALOR TOTAL DO LOTE 14: R\$ 12.420,00			



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – APÊNDICE II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação, sob demanda, de empresas especializadas para prestação de serviços de decoração, ornamentação, locação, sonorização, locução, tradução de libras, confecção de camisas em malha PV silkadas, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online e contratação de banda musical, para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, por ocasião da realização de reuniões, solenidades e demais eventos.

Insta salientar que os fundamentos da contratação e de seus quantitativos estarão aqui descritos para análise da sua viabilidade e do levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração como um todo.

Neste contexto, cabe destacar que as solenidades realizadas para homenagear pessoas que tenham prestados de serviços de relevância ao município e demais solenidades, bem como a realização do Cidadão Legal, são eventos realizados rotineiramente todos os anos, fato que por si só demonstra a sua importância e tradicionalidade. Além disso, vislumbra-se com clareza solar que o evento interfere diretamente no fomento à cultura, bem como proporciona entretenimento à população local.

Necessário referir que eventos dessa natureza, além da relevância e notoriedade da solenidade em si, implica diversos aspectos positivos à Edilidade, neles compreendidos o fortalecimento dos laços entre a comunidade e a Câmara Municipal, a demonstração do respeito e a valorização que a Edilidade nutre a seus homenageados, além da valiosa oportunidade de potencializar a imagem do Legislativo e do município como um todo junto à população.



II - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A Câmara Municipal de João Monlevade concede anualmente honrarias, títulos e homenagens a pessoas naturais e a pessoas jurídicas que tenham prestado serviços de relevância ao município de João Monlevade ou que tenham se destacado em diversas áreas de atuação de interesse coletivo.

De acordo com as Resoluções nºs. 588/2012, 654/2014 e 2.263/2018, aprovadas pelo Legislativo de João Monlevade, estão previstas a realização de 05 (cinco) solenidades ao ano, sendo elas: Solenidade por ocasião do Aniversário da Cidade, Dia da Mulher Construtora da Democracia, Honra ao Mérito Cultural, Mérito Escolar e Paulo Freire.

Além das solenidades acima mencionadas, tem também o Projeto Cidadão Legal, conforme Resolução nº 439, de 14 de junho de 2007, em que são promovidos dois eventos ao ano, nos quais são realizados um conjunto de atividades de cunho social, gratuito, com o objetivo de levar aos diversos segmentos da comunidade serviços de inserção à cidadania, à cultura e ao lazer.

Para a realizações desses eventos, torna-se necessário a contratação de serviços de serviços de decoração floral, ornamentação, locação, sonorização, banda musical, locução, tradução de libras, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online, fotografia e filmagem, confecção de camisas malha pv silkadas, decoração de balão e locação de carrinhos de pipoca, algodão doce e picolé, incluindo mão de obra para fazer e distribuir os produtos.

A divisão dos serviços ora solicitados em lotes se deve pelo fato de acarretar ganho de escala, já que, ao se agrupar objetos semelhantes torna-se possível a formulação de propostas de preços mais vantajosas a esta Casa Legislativa. Além disso, a divisão do presente certame em lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica na prestação dos serviços.

A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a



proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos.

III – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação em destaque está prevista no Plano Anual de Contratação, publicado com observância das normas transitórias previstas na Resolução da Mesa Diretora nº331/2023.

A contratação corresponde a serviço comum, considerando que o mesmo pode ser definido de forma clara e objetiva, sem a necessidade de especificações técnicas complexas.

Avulta-se que a contratação ora em análise é imprescindível para garantir que os eventos ocorram com a infraestrutura adequada, dentro dos parâmetros de segurança e qualidade, da forma mais satisfatória possível.

Nesse contexto, a contratação faz-se apropriada através da utilização do pregão eletrônico.

IV- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa que deseja participar da disputa do lote previsto deverá cotar todos os itens que o compõe.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando preciso.

Além disso, devem ser atendidas as seguintes exigências:

- a) Habilitação Jurídica:** O fornecedor deve comprovar que está regularmente constituído como pessoa jurídica, ou seja, possui registro na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Demonstração de que o CNAE cadastrado



em seu contrato social atende ao seguimento de contratação.

b) Regularidade Fiscal: O fornecedor deve comprovar que está em dia com suas obrigações fiscais, mediante a apresentação de certidões negativas de débitos tributários federais, estaduais e municipais, ou certidão positiva com efeito de negativa, quando permitido pela legislação.

c) Regularidade Trabalhista: O fornecedor deve comprovar que está em dia com suas obrigações trabalhistas, mediante a apresentação de certidões negativas de débitos trabalhistas, ou certidão positiva com efeito de negativa, quando permitido pela legislação.

d) Habilitação Técnica:

1.1 Para os proponentes dos lotes 1 a 12: Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o lote pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, informando o tipo de evento e número de pessoas.

1.2 Para os proponentes dos lote 4 deverá ser apresentado:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente – CREA ou CAU, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.

b) Apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificado, relativo à execução de serviços compatíveis em características com o objeto da presente licitação, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo conselho da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, **em nome do responsável técnico**, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

c) O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica deverá possuir vínculo com empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste edital: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato firmado com o licitante **OU com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante seja vencedor do certame.**



d) O profissional constante da certidão do CREA ou CAU, detentor do acervo técnico, será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto do referido lote.

V – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos previstos são apresentados no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

As quantidades descritas são estimativas para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**. O presente procedimento não obriga a administração à aquisição total do objeto.

Considerando que as quantidades representam estimativa, sugerimos que seja realizada licitação através do procedimento auxiliar de registro de preços.

VI - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Neste item, buscamos analisar as alternativas possíveis, e justificar técnica e economicamente a escolha do tipo de solução a contratar.

Nesse sentido, temos, a respeito, a verificação que tem sido contratada através de licitação, com critério de julgamento por menor preço global por lote. Desse modo, verificou-se em análise de mercado, uma alternativa que seria a contratação de empresas especializadas na prestação de tais serviços licitados, conforme sua capacidade técnica.

Notadamente, tais empresas possuem expertise na execução e elaboração dos eventos, oferecendo uma maior e melhor variedade de opções, bem como toda infraestrutura de montagem e decoração.

Também é de se considerar a profissionalização na apresentação, assegurando um serviço mais atrativo e organizado, propiciando uma experiência mais agradável e



acolhedora.

E, por fim, vale citar a facilidade de logística, com a responsabilidade pela preparação, montagem, decoração, organização e transporte por uma mesma empresa dentro daquele lote, otimizando os recursos da Casa.

Trata-se, assim, de opção que melhor atende à demanda da Edilidade, sendo também a mais eficiente, conforme acima descrito.

VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado de todos os lotes, para a realização dos serviços é de R\$ 341.400,46 (trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos reais e quarenta e seis centavos).

As propostas de preços deverão compreender todos os custos com impostos, taxas, salários, encargos trabalhistas e previdenciários, securitários, fiscais, hospedagens, transporte, diárias ou quaisquer outros relativos à realização do trabalho

VIII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se da contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de decoração floral, ornamentação, locação, sonorização, banda musical, locução, tradução de libras, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online, fotografia e filmagem, confecção de camisas malha pv silkadas, decoração de balão e serviços de locação de carrinho de pipoca, algodão doce e picolé.

Para o atendimento da demanda e considerando os itens do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, optou-se pela contratação dos serviços por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o critério de julgamento Menor Preço, tipo por Lot, para contratação de empresas especializadas nessas atividades, tendo em vista o alcance de maior vantajosidade e economicidade, e ter múltiplas opções para que o



serviço possa se moldar aos mais variados tipos de eventos, como também dotar de maior celeridade e eficiência.

Os serviços deverão ser executados conforme plano de ações exposto a seguir:

- a) A execução dos serviços ocorrerá em local e data previamente agendada pela Diretoria Administrativa e comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à Contratada.
- b) O serviço será recebido **definitivamente** após transcorrido o evento, desde que comprovada adequação aos termos contratuais e em conformidade com as especificações e aferição do direito ao pagamento.
- c) Não serão admitidos, para efeito de recebimento, serviços prestados em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência e demais anexos.
- d) Todos os materiais deste termo deverão estar montados nos locais com no mínimo 1 (uma) hora antes do início do evento e os mesmos deverão estar desmontados em até 6h após o encerramento do evento;
- e) A contratada será responsável pela montagem e desmontagem, bem como transporte e todos os materiais necessários para execução do objeto;
- f) A contratada deverá realizar vistoria técnica nos equipamentos tempestivamente, e durante a realização do evento, para que sejam feitos os reparos necessários, a fim de garantir a segurança dos usuários;
- g) Todas as despesas com hotel, transporte e refeição de toda a equipe correrão por conta da Contratada.
- h) Os serviços, bem como os direitos e obrigações deles decorrentes, não poderão ser subcontratados, cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, nem serem executados em associação da Contratada com terceiros, salvo mediante prévia autorização da Contratante.



- i) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Autorização de Fornecimento, os motivos que por ventura possam impossibilitar o cumprimento de qualquer obrigação prevista no instrumento convocatório;
- j) Todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, inclusive custos com transportes, ficarão a cargo da adjudicatária.
- k) Somente serão aceitos e recebidos os serviços e materiais que atendam às especificações constantes do termo de referência e que estejam em perfeitas condições de uso.
- l) O aceite/aprovação da prestação dos serviços pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil dos fornecedores por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.
- m) A contratada fica obrigada a substituir, no prazo determinado por esta Casa Legislativa, materiais em que se verificarem defeitos ou imperfeições, sem qualquer ônus adicional, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório.

IX – DOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS:

De acordo com as Resoluções nºs. 588/2012, 439/2014, 657/2014 e 2.263/2018, aprovadas pelo Legislativo de João Monlevade, estão previstas a realização das solenidades e eventos a seguir:

- a) Solenidade por ocasião do Aniversário da Cidade, a ser realizada no mês de abril, para entrega de Diplomas de Operário do Ano àqueles trabalhadores que se destacaram na empresa.
- b) Solenidade em Comemoração ao Dia da Mulher Construtora da Democracia, realizada anualmente no mês de março, com intuito de homenagear as mulheres que se destacam pela coragem e responsabilidade de seus atos, sempre com o objetivo de ajudar o próximo. A homenagem é em alusão ao Dia Internacional da Mulher.



- c) Solenidade de Honra ao Mérito Cultural Leonardo Diniz Dias, a ser realizada no mês de novembro, para condecorar com medalhas, três pessoas que tenham se destacado culturalmente no município de João Monlevade.
- d) Entrega de medalhas Paulo Freire, conforme Resolução 654/11 de dezembro de 2014, a ser realizada no mês de setembro, para homenagear profissionais da educação, pais, voluntários, empresas ou instituições ou instituições que se destacaram no meio educacional no Município de João Monlevade.
- e) Solenidade de Condecoração de Mérito Escolar, a ser realizada no mês de dezembro, com entrega das medalhas de ouro, prata e bronze em homenagem aos alunos que se destacarem durante o ano letivo, nas escolas públicas e particulares do Município.
- f) Projeto Cidadão Legal, a ser realizada no mês de maio, que dispõe sobre a realização de um conjunto de atividades de cunho social, gratuito, com o objetivo de levar aos diversos segmentos da comunidade serviços de inserção à cidadania, à cultura e ao lazer.

X- DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS, DATA E HORÁRIO

A Câmara Municipal comunicará com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o local, as datas e os horários dos eventos, para que a adjudicatária possa se organizar devidamente.

XI - DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

A implementação de práticas sustentáveis promovem a minimização dos impactos negativos. Dessa forma, é importante que os fornecedores planejem com antecedência, implementando práticas sustentáveis, como a gestão adequada de resíduos, o uso de materiais recicláveis, dentro outros.

XII - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE

A contratação através de licitação visa promover a competitividade entre os fornecedores do ramo, o que pode resultar em melhores preços e condições contratuais para a Administração.



Além disso, a licitação permite avaliar diferentes propostas e selecionar a opção mais vantajosa em termos de custo-benefício.

XIII - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser fiscalizada pelo respectivo fiscal, que acompanhará a execução do contrato, de modo que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, assegurando os melhores resultados para a Administração.

XIV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Após análise das demandas e condições, concluímos que a contratação dos serviços de empresas especializadas para prestação de serviços em solenidades de entrega de honorárias e demais eventos, é a medida necessária, mais adequada e eficaz para atender as demandas com as especificações que necessita esta Casa Legislativa.

João Monlevade, 06 de fevereiro de 2025.

Jéssica Ivens Silveira
Diretora Geral em substituição



ANEXO II AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital e seus anexos, conforme abaixo:

LOTE 01			
Item	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO 1	Valor Unit.	Valor Total
01	<p>36 (trinta e seis) Arranjos florais naturais para pés de mesa, medindo no mínimo 1m de largura x 1m de altura.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Plenário da Câmara Municipal.</p> <p>Para atender aos eventos:</p> <p>Aniversário da Cidade (Operário do Ano) - 12 arranjos;</p> <p>Mérito Escolar - 12 arranjos;</p> <p>Mulher Construtora da Democracia – 04 arranjos</p> <p>Mérito Cultural (Leonardo Diniz) - 04 arranjos;</p> <p>Paulo Freire - 04 arranjos.</p>	R\$	R\$
02	<p>12 (doze) box de orquídeas (na caixa) para o dia Mulher Construtora da Democracia</p>	R\$	R\$
03	<p>24 (vinte e quatro) Arranjos florais naturais em colunas medindo no mínimo, 1,20m de altura.</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Plenário da Câmara Municipal.</p> <p>Para atender aos eventos:</p> <p>Aniversário da Cidade (Operário do Ano) - 06 arranjos;</p> <p>Mérito Escolar - 06 arranjos;</p> <p>Mulher Construtora da Democracia - 04 arranjos;</p>	R\$	R\$



	Mérito Cultural - 04 arranjos; Paulo Freire - 04 arranjos.		
<p>Observação: Serão usadas flores do tipo rosas, lisianto, lírio, astromélia e folhagens especiais. As quantidades estimadas para cada arranjo, por evento, são: 3 (três) dúzias de rosas; 2 (dois) pacotes de lisiantos; 2 (dois) pacotes de lírios; 4 (quatro) pacotes de astromélias; e folhagens especiais para forração, nas quantidades necessárias para cobrir os espaços que ficarem vagos nos arranjos.</p> <p>Incluir transporte para levar os arranjos</p>			
VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$			
LOTE 2			
Item	SERVIÇOS DE DECORAÇÃO 2	Valor Unit.	Valor Total
04	<p>06 (seis) - Arcos com balões, nas cores: verde bandeira, amarelo, marrom e branco, para decorar o fundo de palco e a entrada, com medidas aproximadas de 6m x 4m de altura e 40cm de diâmetro.</p> <p>Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Local: a definir</p> <p>Para atender o Cidadão Legal</p>	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 2: R\$			
LOTE 3			
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO 1	Valor Unit.	Valor Total
05	<p>04 (quatro) barrados na frente do palco em malha tensionada, cor a definir, medidas aproximadas de 15m de comprimento x 1,20m de altura, sendo essa estrutura para cada evento.</p> <p>Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Local: a definir</p> <p>Para atender a 01 (um) Cidadão Legal</p>	R\$	R\$
06	<p>88 (oitenta e oito) cadeiras de ferro estofadas (vinte e duas para cada evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar).</p>	R\$	R\$



<p>24 (vinte e quatro) Mesas de trabalhos retangular, tampo de madeira e estrutura de ferro, medindo aproximadamente 2,0 x 0,50 cm (C x L), (doze por evento)</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>04 (quatro) Toalhas de Mesa, de tecido fino, cor a definir, medindo aproximadamente 12 metros de comprimento, para cobrir toda a mesa de trabalhos (quatro por evento)</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>08 (oito) Sobrepor, de tecido fino, cor a definir, de aproximadamente 07 metros. (quatro por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>04 (quatro) Mesas redondas em PVC, com tampo de madeira de aproximadamente 1,10m, de apoio p/ secretária (uma por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>04 (quatro) Toalhas de Mesa medindo aproximadamente 3 metros de diâmetro, cor a definir, para cobrir a mesa redonda (uma por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>08 (oito) Balcões para coleta de assinaturas, medida aproximada 1.80m x 0,50m (dois por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>04 (quatro) Cortinados para cobertura do espelho de palco (cor a definir), medindo aproximadamente 15,0m x 1,60m (um por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$



<p>04 (quatro) Cortinados nas duas laterais do palco e em toda a extensão da “testeira” do palco (cor a definir).</p> <p>OBS: A frente do palco tem 15m x 6,0m (dois por evento, sendo Aniversário da cidade e Mérito Escolar).</p>	R\$	R\$
<p>04 (quatro) Coberturas das 03 (três) colunas do hall de entrada com malha tensionada ou cortina (cor a definir). As colunas têm aproximadamente 3,0m de altura (uma por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>08 (oito) Geladeiras para galão de 20 litros (duas por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>10 (dez) Painéis para foto Backdrop. Medida 2,50m de comprimento x 2,40m de altura. (um por evento).</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias e um Cidadão Legal.</p>	R\$	R\$
<p>04 (quatro) fundos de palco: Cobertura fundo do palco do Anfiteatro com malha tensionada preta – 10 metros x 6,50 metros.</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade e Mérito Escolar.</p>	R\$	R\$
<p>06 (seis) tapetes, cor neutra, para compor espaço para fotos. Medindo aproximadamente 2,50m de comprimento x 2,50m de altura. (um por evento). Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias.</p>	R\$	R\$
<p>08 (oito) Freezers horizontais, aproximadamente 150 litros;</p> <p>Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar e Cidadão Legal.</p>	R\$	R\$
<p>32 (trinta e dois) Climatizadores de ar evaporativo- climatiza 80 m² - com uso de suporte e cabeamento em malha. Ligação</p>	R\$	R\$



	elétrica e abastecimento. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar		
	130 (cento e trinta) Mesas quadradas, em PVC, cor branca, 70 x 70 x 72cm. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$	R\$
	400 (quatrocentas) Cadeiras em PVC, sem apoio para os braços, cor branca. Dimensões aproximadas de 86x39x40cm. Capacidade para suportar até 120 kg. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$	R\$
	08 (oito) Mesas infantil, em PVC, cor branca. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$	R\$
	32 (trinta e duas) Cadeiras infantil, sem apoio para os braços, em PVC, cor branca. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$	R\$
Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.			
As solenidades serão realizadas no Plenário da Câmara Municipal, no Centro Educacional de João Monlevade, no Salão Nobre do Real e Cidadão Legal em local a definir.			
VALOR TOTAL DO LOTE 3: R\$			
LOTE 4			
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO 2	Valor Unit.	Valor Total
07	06 (seis) Tendias 3x3m (9,0 m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica (efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimoho/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender: Aniversário da cidade, Mérito Escolar.	R\$	R\$
	08 (oito) Tendias 6x3m (18m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica (efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimoho/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$	R\$
	06 (seis) Tendias 20x10m (20 m ²), seminova, cor branca para a redução de transferência térmica	R\$	R\$



	(efeito estufa), estrutura metálica, lona antichamas (auto extingüível), proteção química antimofa/ antifungos e sistema de calha para drenagem, sem piso e sem fechamento lateral. Para atender ao Cidadão Legal.		
	02 (dois) Palcos 6x4x1,50. Especificações: Medidas aproximadas de 6 x 4 metros, piso de 1,5 metros de altura, escada na altura compatível com pé direito, entre o piso e o teto de 4 metros, nas laterais asa pra pendurar sistema de som, sombrite nas laterais, palco em q30 alumínio com lona antichamas. Para atender ao Cidadão Legal.	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 4: R\$			
LOTE 5			
Item	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO 1	Valor Unit.	Valor Total
08	04(quatro) Serviços de Sonorização 01(um) Operador; 04 (quatro) caixas para P.A Line Array; 04 (quatro) sub grave 2x18; 04 (quatro) microfones s/ fio; 01 (um) microfone pedestal SM 58; Kits de microfones para bateria; 04 (quatro) D.I 04 (quatro) monitores de chão; 01 (uma) mesa de som mínimo 16 canais; Cabeamento e amplificação de todo sistema; 04 (quatro) moving hed 200 (mínimo); 06 (seis) strobs led; 06 (seis) par 64 led; 04 (quatro) coby 200 led; 06 (seis) luzes HQI 400 watts, na cor branca 02 (duas) estruturas Q30 de 3,5m com base.	R\$	R\$



	02 (dois) painéis de led 2x2. Incluir transporte, montagem e desmontagem. Para atender aos eventos: Cidadão Legal (evento externo - haverá banda) e Entrega de Honrarias (haverá banda) O evento Cidadão Legal será realizado em local a definir e a solenidade para entrega de honrarias, será realizada no Salão Nobre do Real.		
VALOR TOTAL DO LOTE 5: R\$			
LOTE 6			
Item	SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO 2	Valor Unit.	Valor Total
09	04(quatro) Serviços de Sonorização 01(um) Operador; 04 (quatro) caixas para P.A Mod. SP4; 02 (duas) caixas monitor; 02 (dois) microfones s/ fio; 01 (um) microfone pedestal SM 58; 03 (três) potências para alimentar o sistema; 01 (uma) mesa de som 10 canais; Cabeamento completo para o sistema. Incluir transporte, montagem e desmontagem. Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade e Mérito Escolar As solenidades serão realizadas no Centro Educacional de João Monlevade	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 6: R\$			
LOTE 7			
Item	SERVIÇOS DE BANDA	Valor Unit.	Valor Total
10	04 (quatro) Serviços de Banda composto por voz, violão e bateria (obs: será utilizado os equipamentos do lote de sonorização) Observação: Incluir montagem, desmontagem e transporte Para atender aos eventos:	R\$	R\$



	Cidadão Legal e Entrega de Honrarias. As solenidades serão realizadas no Salão Nobre do Real e Cidadão Legal em local a definir.		
VALOR TOTAL DO LOTE 7: R\$			
LOTE 8			
Item	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE LIBRAS	Valor Unit.	Valor Total
11	12 (doze) Serviços de tradução de libras, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração. Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar e Entrega de Honrarias. Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade, no Plenário da Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real.	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 8: R\$			
LOTE 9			
Item	SERVIÇOS MESTRE DE CERIMÔNIA	Valor Unit.	Valor Total
12	64 (sessenta e quatro) Serviços de mestre de cerimônia, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração. Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar, Entrega de Honrarias, Mulher Construtora, Mérito Cultural e Paulo Freire. Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade, no Plenário da Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real.	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 9: R\$			
LOTE 10			
Item	SERVIÇOS DE LOCUÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
13	02 (dois) Serviços de locução, com previsão mínima de 2 horas e máxima de 4 horas de duração. Local a definir	R\$	R\$



	Para atender ao Cidadão Legal		
VALOR TOTAL DO LOTE 10: R\$			
LOTE 11			
Item	SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA ONLINE	Valor Unit.	Valor Total
14	<p>06 (seis) Serviços de Transmissão Online e Simultânea, incluindo equipamentos e profissionais para realizar a transmissão online para o youtube da Câmara, sendo um para cada evento.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Para atender aos eventos: Aniversário da Cidade, Mérito Escolar e Entrega de Honrarias</p> <p>Os eventos serão realizados no Centro Educacional de João Monlevade e no Real Clube</p>	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 11: R\$			
LOTE 12			
Item	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CARRINHOS DE ALGODÃO DOCE, PIPOCA e PICOLE	Valor Unit.	Valor Total
15	<p>06 (seis) carrinhos de algodão doce, incluindo os produtos necessários para a confecção do algodão doce, operador e transporte.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p> <p>Serão necessários 03 (três) pessoas por evento, para fazer e distribuir.</p> <p>Período estimado de duração: 4 horas.</p>	R\$	R\$
16	<p>06 (seis) carrinhos de pipoca de sal, incluindo os produtos necessários para a confecção da pipoca, operador e transporte.</p> <p>Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem.</p> <p>Evento: Cidadão Legal.</p>	R\$	R\$



	Serão necessários 06 (seis) pessoas por evento, para fazer e distribuir. Período estimado de duração: 4 horas.		
17	3000 (três mil) unidades de picolés ao total. Sabores diversificados. Serão necessários 06 (seis) carrinhos para armazenar os picolés, sendo 03 (três) por evento. Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem. Evento: Cidadão Legal. Será necessário 01 (uma) pessoa por evento, para distribuir. Período estimado de duração: 4 horas.	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 12: R\$			
LOTE 13			
Item	SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGEM	Valor Unit.	Valor total
18	10 (dez) Serviços de fotografia para atender eventos realizados no Centro Educacional de João Monlevade, na Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real com duração estimada de 04 (quatro) horas cada evento. Necessários 03 (três) fotógrafos por evento. Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem. Entrega do material em pendrive e drive digital.	R\$	R\$
19	04 (quatro) Serviços de filmagem para atender eventos realizados na Câmara Municipal e no Salão Nobre do Real com duração estimada de 04 (quatro) horas cada evento. Incluir 02 (dois) videomakers por evento Observação: Incluir transporte, montagem e desmontagem. Entrega do material em pendrive e drive digital. (Sendo o produto final um vídeo com entrega de 2 horas e o outro vídeo com 2 minutos).	R\$	R\$



VALOR TOTAL DO LOTE 13: R\$			
LOTE 14			
Item	CONFEÇÃO DE CAMISAS SILKADAS	Valor Unit.	Valor total
20	400 (quatrocentas) camisas em malha pv com silk frente e costas Entrega da arte conforme modelo criado. Evento: 200 camisas para cada evento do Cidadão Legal. Observação: Incluir transporte para entrega dos materiais.	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 14: R\$			

O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas na proposta, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas abaixo.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos por expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto desta licitação, comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA		
Nome da empresa:		
CNPJ:		
Endereço:		
Responsável pela proposta:		
Telefone/celular:		
Email:		
Banco:	Agência:	Conta Corrente:



Dados do Representante da empresa para assinatura da Ata ou Contrato	
Nome:	
CPF:	
RG:	Expedido por:
Endereço:	
CEP:	
Email:	
Cargo/função:	

Prazo de entrega:

Local e data:

Assinatura do Representante da empresa

Sócio Administrador ou Procurador

* incluir carimbo do CNPJ da empresa



ANEXO III - AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada _____ (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o contratante..

Local _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal/Preposto da Empresa

Nome do Representante Legal/Preposto da Empresa

Número da identidade do Representante Legal/Preposto da Empresa:

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento



ANEXO IV – AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº_/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.310.631/0001-72, isenta de inscrição estadual, com sede na Avenida Dona Nenela, nº 146, bairro JK, João Monlevade, Minas Gerais, CEP: nº 35.930.672, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Fernando Linhares Pereira, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa _____, CNPJ _____, estabelecida à Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de ____, representada pelo Sr. _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, tendo em vista o que consta no Processo nº_/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico n. __/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é o registro de preços visando a contratação, sob demanda, de empresas especializadas para prestação de serviços de decoração, ornamentação, locação, sonorização, locução, tradução de libras, confecção de camisas em malha PV silkadas, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online e contratação de banda musical, para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, por ocasião da realização de reuniões, solenidades e demais eventos, nas condições aqui estabelecidas.

1.2 O Edital da Licitação, o Termo de Referência e a Proposta do Fornecedor compõem anexo a este instrumento e vincula esta contratação, independentemente de transcrição.

1.3 O fornecedor incluído nesta ata de registro de preços está obrigado a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.3.1 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão



de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme previsto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.3.2 Da ata de registro de preços poderão advir várias contratações até que se extinguir a quantidade registrada.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do registro de preços é de 12 (doze) meses contados da emissão, podendo ser prorrogado por até mais 12 (doze) meses.

2.2. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador.

2.4. A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não acarreta a extinção dos contratos dela decorrentes, ainda em execução, os quais poderão ter a vigência prorrogada de acordo com as disposições neles contidas.

3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Termo.

3.2. O prazo máximo para a entrega das camisas será de até 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da autorização de fornecimento.

3.3. A execução dos serviços ocorrerá em local e data previamente agendada pela Diretoria Administrativa e comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à Contratada.



- 3.4. O serviço será recebido definitivamente após transcorrido o evento, desde que comprovada adequação aos termos contratuais e em conformidade com as especificações e aferição do direito ao pagamento.
- 3.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.
- 3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.
- 3.7. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, serviços prestados em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência e demais anexos.
- 3.8. Todos os materiais deste termo deverão estar montados nos locais com no mínimo 1 (uma) hora antes do início do evento e os mesmos deverão estar desmontados em até 6h após o encerramento do evento;
- 3.9. A contratada será responsável pela montagem e desmontagem, bem como transporte e todos os materiais necessários para execução do objeto;
- 3.10. A contratada deverá realizar vistoria técnica nos equipamentos tempestivamente, e durante a realização do evento, para que sejam feitos os reparos necessários, a fim de garantir a segurança dos usuários;
- 3.11. Todas as despesas com hotel, transporte e refeição de toda a equipe correrão por conta da Contratada.
- 3.12. Os serviços, bem como os direitos e obrigações deles decorrentes, não poderão ser subcontratados, cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, nem serem executados em associação da Contratada com terceiros, salvo mediante prévia autorização da Contratante.
- 3.13. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Autorização de Fornecimento, os motivos que por ventura possam impossibilitar o cumprimento de qualquer obrigação prevista no instrumento convocatório;



3.14. Somente serão aceitos e recebidos os serviços e materiais que atendam às especificações constantes do termo de referência e que estejam em perfeitas condições de uso.

3.15. O aceite/aprovação da prestação dos serviços pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil dos fornecedores por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

3.16. A contratada fica obrigada a substituir, no prazo determinado por esta Casa Legislativa, materiais em que se verificarem defeitos ou imperfeições, sem qualquer ônus adicional, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório.

3.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.18. O prazo de garantia dos produtos deverá contemplar as normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.19. É obrigação da Contratada o cumprimento integral de todas as normas legais relativas à proteção ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

4. DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os itens registrados para a empresa supracitada seguem conforme valores unitários e quantitativos a seguir.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
------	-----------	-------	--------	-------------	-------------

4.2. A ata de registro de preços não será objeto de supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela



decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

5. DA REVISÃO DOS PREÇOS

5.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses.

5.2. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da apresentação da proposta, de acordo com o INPC-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

5.3. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços, os preços registrados poderão ser alterados em conformidade com as modificações ocorridas, em qualquer momento após a oferta da proposta ou do orçamento, desde que a variação seja demonstrada analiticamente, para manutenção da equação econômico-financeira.

5.4. Em caso de alterações, deverá ser mantida a proporcionalidade apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e o preço de custo da época.

5.5. Aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, de consequências incalculáveis que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. O pedido de revisão de preços será processado pelo Gestor do Contrato e, sempre que necessário, remetido aos órgãos técnicos para emissão de parecer de conformidade.

5.7. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.7.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o



fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.7.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

5.7.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

5.8. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.8.1. O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.8.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.8.4. Não havendo êxito na convocação, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços em relação ao item ou itens enquadrados na situação.



5.9. Para fins deste edital, será considerado preço de mercado, a utilização dos parâmetros do art. 23 da Lei 14.133/2021.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor.

6.2. Os demais critérios e condições de pagamento estão definidos no Termo de Referência, anexo deste termo.

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. As condições de gestão e fiscalização da execução estão definidas no Termo de Referência, anexo deste termo.

7.2. Atuará no presente processo como Fiscal de Contrato o Sr. Alexandre Cota Bastieri, servidor ocupante do cargo de Supervisor de Apoio Administrativo .

7.3. Atuará no presente processo como Gestor de Contrato a Sra. Clarice Cota e Silva, ocupante do cargo de Supervisora de Compras e Contratos.

12.1. Nos casos de gozo de férias, licenças ou quaisquer motivos que levem à ausência temporária ou definitiva do Fiscal e/ou Gestor de Contratos, deverá ser indicado um substituto para exercer as atribuições inerentes à função.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações do Órgão Gerenciador ou Contratante:

8.1.1. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

8.1.3. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

8.1.4. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



8.1.5. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.2.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. São obrigações do Fornecedor ou Contratado:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes do edital de licitação, este termo e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3.3. Comunicar ao órgão gerenciador ou contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.3.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.3.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.3.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do



objeto contratual.

8.3.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.3.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.3.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.3.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.3.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.3.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.3.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.3.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.3.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação



pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

9.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado



sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

9.2.4.2. Compensatória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021) a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para o Contratante; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos



ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade na Imprensa Oficial do Município.

9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10 – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

10.1.2. Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;

10.1.3. Deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

10.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

10.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, sem aplicação de penalidades, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

10.3. A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a



rescisão dos contratos em geral, dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11 - PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá ao Órgão Gerenciador providenciar a publicação deste instrumento na Imprensa Oficial do Município, nos termos e condições previstas na legislação específica.

12 - FORO

12.1 É eleito o Foro da Comarca de João Monlevade-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

João Monlevade, MG, ____ de _____ de 2025.

Fernando Linhares Pereira
Presidente da Câmara Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____



ANEXO V - AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024

Contrato Administrativo de prestação de serviços que fazem a
Câmara Municipal de João Monlevade e a empresa **XXXXXX**

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.310.631/0001-72, isenta de inscrição estadual, com sede na Avenida Dona Nenela, n.º 146, bairro JK, João Monlevade, Minas Gerais, CEP: n.º 35.930.672, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Fernando Linhares Pereira, CPF n.º _____, RG n.º _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, CNPJ _____, estabelecida à Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, representado pelo(a) Sr(a) _____, Inscrito no CPF n.º _____, RG n.º: _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente contratação decorre do Processo Administrativo n.º /2025, modalidade Pregão Eletrônico n.º /2025, regido pelos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, Resolução n.º 331/2023, e ainda pelo estabelecido no edital e seus anexos.

1.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito, resguardando as prerrogativas e faculdades legais concernentes à **CONTRATANTE** como pessoa jurídica de direito público, bem como a aplicação subsidiária do Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990.

1.3. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico supracitado, o termo de referência, bem como a



proposta da **CONTRATADA**, a planilha orçamentária, anexos, apêndices e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação, sob demanda, de empresa especializada para prestação de serviços de decoração, ornamentação, locação, sonorização, locução, tradução de libras, confecção de camisas em malha PV silkadas, mestre de cerimônias, transmissão simultânea online e contratação de banda musical, para atender a Câmara Municipal de João Monlevade, por ocasião da realização de reuniões, solenidades e demais eventos, conforme quantitativos e especificações constantes do Anexo I Termo de Referência e demais anexos que integram o Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. A contratante pagará à contratada a importância de R\$ _____ (_____), pela prestação dos seguintes serviços:
.....

3.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, em até 10 (dez) dias após a liquidação da Nota Fiscal.

3.2.1. Para execução do pagamento o contratado deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.

3.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do contratado.

3.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

3.4. A Contratante poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas



de qualquer fatura apresentada pelo Contratado caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

3.4.1. O contratado deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da Contratante;

3.4.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que o contratado atenda à cláusula infringida;

3.4.3. O contratado retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Administração.

3.4.4. Débito do contratado para com a Câmara, quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

3.4.5. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

3.4.6. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

3.4.7. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do CONTRATANTE, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação mais vantajoso para o município do mês anterior ao do pagamento "pro rata tempore", desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

3.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à prestação do serviço, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa providencie a regularização. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis pelo prazo de um ano contados da data de assinatura deste contrato.



4.2. Após o interregno de um ano da assinatura do contrato, os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados de acordo com o índice INPC-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, caso a administração entenda que seja de interesse público e vantagem a prorrogação.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

4.6. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base na Lei Federal nº 14133/21, buscarão uma solução para a questão.

4.6.1. Para que os preços estejam sempre atualizados, e visando todo processamento necessário, o CONTRATADO se obriga a fornecer a cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva do CONTRATADO, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências (notas fiscais ou outro que comprove).

4.7. A solicitação do Reequilíbrio Econômico-financeiro / Reajuste não suspende ou interrompe a obrigação da entrega / prestação de serviço. O contratado que não cumprir com as obrigações de entrega / prestação de serviço conforme estipulado neste instrumento, no respectivo Edital e seus anexos, durante o período de análise de sua solicitação, sofrerá as penalidades previstas nos artigos 155, 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.



CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este contrato e seus anexos;
- 5.2. Acompanhar a execução do serviço garantindo que o mesmo siga o prazo e condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;
- 5.3. Notificar Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço;
- 5.4. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 5.5. Prestar ao Contratado, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;
- 5.6. Efetuar o pagamento ao Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 5.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por fiscal especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.7. Solicitar à contratada, sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação dos serviços prestados;
- 5.8. Assegurar o livre acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados às suas dependências para execução de serviços, quando necessário;
- 5.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e do Anexo I - Termo de Referência do edital;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Assinar o contrato em até 5 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação.



- 6.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 6.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 6.4. Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo com exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 6.5. Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.
- 6.6. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
- 6.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 6.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 6.9. Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



6.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

6.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.14. Manter, durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção deste contrato.

6.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços ocorrerá em local e data previamente agendada pela Diretoria Administrativa e comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas à Contratada.



7.2. O prazo máximo para a entrega das camisas será de até 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da autorização de fornecimento.

7.3. O serviço será recebido **definitivamente** após transcorrido o evento, desde que comprovada adequação aos termos contratuais e em conformidade com as especificações e aferição do direito ao pagamento.

7.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

7.5. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, serviços prestados em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas no Termo de Referência e demais anexos.

7.6. Todos os materiais deste termo deverão estar montados nos locais com no mínimo 1 (uma) hora antes do início do evento e os mesmos deverão estar desmontados em até 6h após o encerramento do evento;

7.7. A contratada será responsável pela montagem e desmontagem, bem como transporte e todos os materiais necessários para execução do objeto;

7.8. A contratada deverá realizar vistoria técnica nos equipamentos tempestivamente, e durante a realização do evento, para que sejam feitos os reparos necessários, a fim de garantir a segurança dos usuários;

7.9. Todas as despesas com hotel, transporte e refeição de toda a equipe correrão por conta da Contratada.

7.10. Os serviços, bem como os direitos e obrigações deles decorrentes, não poderão ser subcontratados, cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, nem serem



executados em associação da Contratada com terceiros, salvo mediante prévia autorização da Contratante.

7.11. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da Autorização de Fornecimento, os motivos que por ventura possam impossibilitar o cumprimento de qualquer obrigação prevista no instrumento convocatório;

7.12. Somente serão aceitos e recebidos os serviços e materiais que atendam às especificações constantes do termo de referência e que estejam em perfeitas condições de uso.

7.13. O aceite/aprovação da prestação dos serviços pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil dos fornecedores por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão licitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

7.14. A contratada fica obrigada a substituir, no prazo determinado por esta Casa Legislativa, materiais em que se verificarem defeitos ou imperfeições, sem qualquer ônus adicional, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.17. É obrigação da Contratada o cumprimento integral de todas as normas legais relativas à proteção ambiental, que sejam federais, estaduais ou municipais,



responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo CONTRATADO ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para a Câmara Municipal de João Monlevade, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto;
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21. 13.2.

8.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163. 13.3.

8.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



8.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

- a. Retardarem a execução do pregão;
- b. Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- c. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

8.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.6. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.7. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. O acompanhamento e fiscalização do fornecimento ou execução do objeto será exercida pelo servidor Alexandre Cota Bastieri, ocupante do cargo de Supervisor de Apoio Administrativo, ou outro servidor que vier a ocupar o cargo mencionado, e fica designada para a gestão da contratação a servidora Clarice Cota e Silva, ou outro servidor que vier a ocupar o cargo mencionado, para acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes.

9.2. As situações que demandarem decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal da Contratação serão comunicadas em tempo hábil aos seus superiores, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.

9.3. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.4. É direito da fiscalização rejeitar quaisquer serviços ou fornecimento, quando entender que a sua execução está irregular e/ou que os materiais empregados não são os especificados.

9.5 A existência da fiscalização pelo Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

9.6. Resguardada a disposição dos subitens precedentes, a gestão e fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a) Receber o produto ou serviço, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- b) Assegurar ao Contratado o acesso as suas dependências, por ocasião da execução contratual;



- c) Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar o(s) materiais(s) ou serviço(s) fornecido(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- d) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- e) Comunicar oficialmente ao Contratado quanto à rejeição do(s) produto(s), serviços;
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) ou serviço(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- g) Exigir do Contratado o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pelo Contratado, de condições previstas neste instrumento;
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, ao Contratado, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) ao Contratado;
- k) Instruir o(s) recurso(s) do Contratado no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando esse discordar do CONTRATANTE;
- l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgado necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

10.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de vigência desta contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do artigo 124 e seus respectivos incisos e parágrafos da Lei nº 14.133/2021, naquilo que couber a este contrato.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

13.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

13.2. Para os materiais empregados na execução dos serviços deverá ser observada a garantia do fabricante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual sem a anuência e prévia autorização da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A parte que infringir os termos do presente contrato, responderá por perdas e



danos consoante o que for apurado, podendo ensejar até mesmo a sua imediata rescisão.

15.2. É expressamente vedado à contratada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

15.3. Aplicar-se-á à execução do contrato e aos casos omissos a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21, bem como no diário oficial do município, consoante previsto no art. 91 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de João Monlevade para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente Contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

João Monlevade, ____ de _____ de 2024.

**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
CONTRATANTE**

CONTRATADA